

5

Aliados ou adversários na construção da notícia? Um estudo sobre a relação dos líderes da Assembleia Legislativa mineira com os jornalistas* **

Randy Razuq Ferreira

Servidor da ALMG. Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Viçosa.

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Orientadora da pesquisa. Professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre e doutora em Comunicação Social pela mesma instituição. Pós-doutorada em Comunicação e em Ciências Sociais em Grenoble – França.

Resumo: Este artigo teve por objetivo verificar, sob a perspectiva dos deputados estaduais mineiros que exercem a função de liderança, como é a relação profissional que estabelecem com os jornalistas da imprensa em geral e qual visão têm da cobertura que esses profissionais fazem do Poder Legislativo. Foram utilizadas as noções de esfera pública (HABERMAS, 1997), meios de comunicação de massa (ALDÉ, 2004; GOMES, 2004) e *accountability* (ESPINOSA, 2012), que, articuladas, podem oferecer pistas interessantes acerca das relações entre dois atores centrais à constituição de cenas políticas de debate e tomadas de decisão: jornalistas e políticos. Também foram utilizados os conceitos de co-

* Artigo apresentado pelo primeiro autor como requisito para a conclusão do curso de pós-graduação em Poder Legislativo e Políticas Públicas, com ênfase em Comunicação Pública, pela Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em abril de 2014.

** Os autores agradecem aos pareceristas pelas valiosas sugestões apresentadas a este artigo.

municação política e comunicação pública (DUARTE, 2010; KOÇOUSKI, 2012), imagem política (GOMES, 2004) e ética jornalística (LAGE, 2006; Martino, 2010), de modo a conferir destaque às opacidades e tensões que caracterizam tais relações. À luz dessas teorias e desses conceitos, foram realizadas entrevistas com seis deputados que ocupavam cargos de liderança em 2013. Na análise, constatou-se que os líderes afirmam manter uma relação satisfatória com os profissionais da mídia, mas desejam uma cobertura mais diversa e analítica, capaz de reconhecer os pontos positivos da atuação parlamentar.

Palavras-chave: Construção da notícia. Deputados. Jornalistas.

Abstract: *The aim of this work is to analyze, from the perspective and view of the state representatives who are the assembly leaders in Minas Gerais, what kind of professional relation establish with the press in general and how effective is the media coverage of the Legislative Branch. This article has taken into account the concepts of public sphere (Habermas, 1997), mass media (Aldé, 2004; Gomes, 2004) and accountability (Espinosa, 2012) which can offer interesting insights on the relationship between two central actors of political scenes of debate and decision making: journalists and politicians. The concepts of political communication and public communication (Duarte, 2010; Koçouski, 2012), political image (Gomes, 2004) and press ethics (Lage, 2006; Martino, 2010) were used in order to highlight the opacities and conflicts that characterize those relations. Six representatives who held leadership positions in 2013 were interviewed. All of them sustain they have a satisfactory relationship with the members of the press, but they desire a more analytical press coverage. And the representatives still suggest: the media should recognize the positive aspects of parliamentary activity.*

Keywords: *Press coverage methods. State representatives. Journalists.*

1 – Introdução

Um ponto-chave da atividade jornalística de construção da notícia é a relação fonte/jornalista. É praticamente impossível a produção desse conteúdo sem que tal interação aconteça em algum momento e em alguma medida. Diante disso, este artigo buscou resposta para a seguinte pergunta: sob a perspectiva dos deputados estaduais mineiros que exercem a função de liderança, como é a relação que estabelecem com os jornalistas da imprensa?

sa em geral e qual visão têm da cobertura que esses profissionais fazem do Legislativo estadual?

A comunicação dos políticos com a sociedade por meio da mídia mostra-se importante e necessária, porque o cidadão precisa ter acesso à informação e às decisões governamentais para formar opinião sobre temas políticos. Além disso, de acordo com Aldé (2004, p. 19), os cidadãos da democracia contemporânea estão inseridos em uma esfera pública, destinada à discussão de assuntos de alcance coletivo, cada vez mais dependente dos meios de comunicação de massa, que crescem em importância e se constituem como os canais de informação política mais relevantes e acessíveis. Os próprios políticos reportam-se aos agentes midiáticos quando prestam contas das decisões tomadas e das ações por eles realizadas, na expectativa de garantir um caráter público e dialógico à sua gestão.

Espinosa (2012, p. 16) ressalta que uma conquista importante do processo de democratização em desenvolvimento pelo mundo é a transparência e a prestação de contas das atividades desempenhadas nas entidades públicas, para que os atores não governamentais possam participar da formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Complementando essa lógica, conforme ressaltado por Araújo (2006, p.1), nas sociedades ditas modernas e democráticas, os sistemas políticos se alicerçam no funcionamento satisfatório das instituições e na livre participação dos cidadãos na vida pública, o que torna fundamental o papel da comunicação. Ele destaca a participação de três atores: as organizações políticas, a mídia e os públicos. É nesse contexto que age especificamente a comunicação política – uma troca de informação entre instituições, governantes e governados, por meio de canais de transmissão e outros processos dialógicos que podem ser estruturados ou informais.

O ideal é que essa comunicação política ocorra nos moldes de uma comunicação pública, isto é, pautada principalmente pelo interesse público, reconhecendo o “direito do cidadão – não apenas em seu contato direto com o Estado, mas também quando é

representado por meio da imprensa ou de qualquer outro tipo de coletividade – de ser informado sobre os atos dos governos/administrações” (KOÇOUSKI, 2012, p. 91). A comunicação pública prevê, além da difusão de informações institucionais aos cidadãos, a constituição de esferas públicas nas quais seja possível uma troca argumentativa ampliada entre agentes políticos e cidadãos. Tal troca só se efetiva por meio da mediação dos jornalistas.

Trata-se de um processo dinâmico e complexo, que permite variados recortes e análises, entre eles a relação político/jornalista. Na construção da notícia, fontes de informação e profissionais da mídia mostram-se mutuamente dependentes e, no caso do noticiário político, tal subordinação parece ser ainda mais flagrante. Os políticos precisam ganhar visibilidade na esfera pública e conter repercussões que possam ser inconvenientes a eles. Já os jornalistas cumprem a batalha diária de levantar pautas e entrevistas que abasteçam a editoria na qual trabalham. E, além da rotina ligada à representação de fatos e acontecimentos, os jornalistas também têm que lidar com interesses diversos de poder e mercado, com assimetrias e pressões que interferem não só no resultado dos discursos que produzem, como também na conduta ética que elegem ou são compelidos a seguir.

Como grande parte do fluxo informacional entre político e eleitor passa pelo crivo dos profissionais que trabalham nas organizações jornalísticas, é justificável a proposta deste trabalho de aprofundar o estudo da relação que se opera entre deputados estaduais e jornalistas. Segundo Paula (2009, p.1), pesquisadores de Comunicação Política ainda dedicam pouca atenção à relação entre a mídia e as instituições básicas da democracia, “especialmente a cobertura política cotidiana do Poder Legislativo”. A maior parte das investigações confere mais destaque à cobertura midiática impressa e eletrônica de processos políticos eleitorais.

Esta pesquisa, que é teórico-prática, procurou resultados que desafiem pressupostos acerca de como Estado e cidadãos podem criar interlocução por meio da mediação da imprensa. Almejou-se, também, aprimorar os conhecimentos ligados aos campos de estudo em questão – política e comunicação. Essa in-

terseção de saberes e práticas tem potencial para ser mais bem explorada pelo meio acadêmico. Lima (2007, p. 84) lembra que “este é um campo ainda não plenamente consolidado, na confluência entre os estudos da Comunicação e da Ciência Política, em que várias concepções teóricas estão em disputa e coexistem interpretações conflitantes sobre a mesma realidade”.

Desse modo, este artigo teve como objetivos específicos: analisar se os líderes da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) consideram o trabalho do jornalista e, conseqüentemente, da imprensa, importante para a sua interlocução com a sociedade; analisar se a interação deputados/jornalistas acontece com confiança ou desconfiança; verificar se há pontos de tensão e, caso existam, se são passíveis de solução; e investigar se esses parlamentares procuram atender satisfatoriamente às demandas dos jornalistas ou se as veem como acessórias para manifestar suas posições e ações perante o cidadão.

O artigo encontra-se dividido em três partes. Na primeira parte, busca-se apontar algumas das *nuances* que marcam as relações entre fontes políticas e jornalistas, destacando trocas e conflitos aparentemente importantes. Além disso, traça-se um breve panorama acerca de como os parlamentos e os parlamentares são comumente representados na mídia. A segunda parte destina-se à explicitação da metodologia utilizada para a elaboração do trabalho. A terceira parte é dedicada à análise dos dados.

1.1 – Fontes políticas e jornalistas: quem é quem

Antes de discorrer sobre a relação fonte/jornalista, faz-se necessário elucidar de que “fonte” e de que “jornalista” trata este trabalho. De um modo geral, jornalista é o profissional que atua principalmente na apuração, produção, redação e/ou edição de conteúdos jornalísticos em veículos como jornal, revista, rádio, TV e portal de internet.

O jornalista também pode ter sua atuação circunscrita ao interior de organizações públicas ou privadas nas quais, ocupando o cargo

de assessor de comunicação, exercerá tarefas como elaboração de materiais noticiosos, atendimento à mídia e apoio aos assessores. Contudo, neste trabalho, considera-se, para fins de análise, o jornalista de imprensa que, no cotidiano, atua na interpelação das fontes jornalísticas e que é comumente chamado de “repórter”, independentemente da plataforma para a qual elabora notícias.

Já “fonte” é um conceito mais amplo e que tem uma multiplicidade de definições na literatura. A definição mais apropriada para este artigo é a que foi elaborada por Santos (1997)¹, citado por Marinho (2000, p. 353):

As fontes podem definir-se como atores que os jornalistas observam e entrevistam, no sentido do fornecimento de informação e sugestão noticiosa, enquanto membros e representantes de grupos de interesses organizados ou não, bem como de setores mais vastos da sociedade ou do País.

Mais especificamente, esta pesquisa refere-se à fonte política, no caso deputados estaduais de Minas Gerais que atuam como líderes no Parlamento. As fontes se mostram essenciais para o exercício do jornalismo. Pelegrini (2008, p. 279) afirma que, “a rigor, não há jornalismo sem fonte. O jornalista precisa de contatos para se certificar da veracidade de uma informação ou aprofundar seu conhecimento sobre determinado assunto que poderá ser abordado”. De maneira complementar, Lage (2006, p. 49) afirma que “é tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas”.

Somado a isso, segundo Schmitz, no atual cenário, assiste-se a uma espécie de “profissionalização” das fontes que vem transformando o jornalismo:

As fontes também utilizam as técnicas e os procedimentos jornalísticos, como a objetividade; detêm o ‘conhecimento acerca de’ assuntos carregados de noticiabilidade; oferecem conteúdos ‘embalados’ de interesse

1 SANTOS, R. A negociação entre jornalista e fontes. Coimbra: Minerva, 1997.

público. Enfim, apropriam-se dos processos, princípios e do 'saber do jornalismo', que antes eram privativos dos jornalistas nas redações da mídia (2010, p. 13).

Argumento semelhante desenvolve Chaparro (2010), para quem as fontes não podem ser mais vistas como pessoas que possuem e guardam informações. Fontes podem ser, também, instituições produtoras de conteúdo (fatos, falas, saberes, produtos e serviços com características de notícia). Segundo o autor, essas múltiplas fontes têm seu discurso e pensamento configurado por aquilo que noticiam, “exercitando aptidões que lhes garantem espaço próprio nos processos jornalísticos, nos quais agem como agentes geradores de notícias, reportagens, entrevistas e até artigos” (2010, p. 19).

Já o jornalista tem a tarefa de “investigar, reunir, contextualizar criticamente e transmitir com regularidade ao grande público, ou a segmentos dele, informações da atualidade, por meio de veículos de comunicação” (DUARTE; FONSECA JÚNIOR, 2010, p. 344). Esse papel ganha ainda mais notoriedade quando inserido no contexto político, haja vista a midiatização² cada vez maior da política e da vida social. Os jornalistas têm participação direta na vida pública e dependem deles, em grande parte, a visibilidade das manifestações e instituições políticas (ARAÚJO, 2006, p. 2).

Habermas (2008, p. 14) destaca que nenhuma esfera pública política funcionaria sem os profissionais do sistema midiático – principalmente os jornalistas que editam notícias, relatos

2 Segundo José Luiz Braga (2012, p. 50), a midiatização pode ser compreendida como “uma criação e recriação contínua de circuitos, nos quais, articulados com processos de oralidade e processos do mundo da escrita, os processos que exigem ou exercem intermediação tecnológica se tornam particularmente caracterizadores da interação. (...) Isso corresponde a dizer que, na sociedade em midiatização, não são os meios, as tecnologias ou as indústrias culturais que produzem os processos, mas sim todos os participantes sociais, grupos, sujeitos e instituições que acionam tais processos e conforme os acionam. (...) Assim, a midiatização se apresenta hoje como principal mediação de todos os processos sociais”, não correspondendo apenas ao aprimoramento do aparato tecnológico, mas também a matrizes sociais, interacionais e culturais, que vão sendo tentativamente elaboradas para assegurar interações e circuitos comunicativos.

e comentários – e os políticos. Além de ocupantes do centro do sistema político, estes últimos se comportam como coautores e destinatários das opiniões públicas, ou seja, daqueles posicionamentos que se caracterizam como uma visão geral da sociedade em relação às temáticas que ganham visibilidade e são discutidas.

A mídia nem sempre ocupou papel positivo na concepção de esfera pública definida por Habermas. Alimentado pelas considerações feitas por Adorno e Horkheimer em *Dialética do esclarecimento*, ele defendeu um argumento fatalista na década de 1960, ao escrever *Transformações estruturais da esfera pública* (1962-1984). Segundo Habermas, a rede comunicativa formada por um público composto de cidadãos privados que debatem racionalmente e publicamente (alimentados pela imprensa de opinião) entrou em colapso. A esfera pública, acrescenta, havia se convertido em veículo de propaganda que, refeudalizada³, passa a assumir “traços feudais, pois os ofertantes ostentam roupagens e gestos de representação perante clientes dispostos a segui-los” (1992, p. 229).

Depois de receber várias críticas e de observar os desdobramentos de pesquisas norte-americanas ao longo das décadas de 1960 e 1980, Habermas faz várias revisões acerca do significado de esfera pública, chegando a apresentar, em *Direito e democracia*, uma formulação hoje amplamente conhecida e que salienta a ideia de rede. Nesse sentido, a esfera pública não deve ser compreendida no singular (uma única esfera, exclusiva e homogênea), mas sim como uma “rede pública e inclusiva de esferas que se sobrepõem umas às outras, cujas fronteiras reais, sociais e temporais são fluidas” (1997, p. 33). E ainda: “uma rede de discursos e de negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, morais e éticas” (1997, p. 47).

3 A noção de “refeudalização da esfera pública” é explicada por Habermas da seguinte maneira: a mídia elabora uma representação dramática e estereotipada de fatos, promovendo mais assentimento e aclamação do que propriamente discussão. Assim, “a esfera pública se torna uma corte, perante cujo público o prestígio é encenado – ao invés de nele desenvolver-se a crítica” (1992, p. 235).

Nessa concepção atual, os meios de comunicação articulam o conteúdo discursivo que circula nos diferentes espaços de interação cotidiana, trazendo para a linha de frente os temas que os profissionais julgam relevantes, que permitem a aproximação ou contraposição de perspectivas e que promovem a prestação de contas entre vários interlocutores. Assim, a mídia parece ser descrita como suporte material adequado para a circulação de visões privadas, configurando redes de discursos e negociações tematicamente organizadas.

É importante notar que Habermas nunca abandonou o cerne da crítica feita ao papel que a mídia tem sobre a configuração de esferas públicas. As dinâmicas de poder internas ao funcionamento dos meios de comunicação se tornam mais evidentes, sobretudo quando a produção de enquadramentos está associada ao trabalho discursivo de agentes políticos e institucionais poderosos que estão continuamente engajados em disputas para atribuir significados sobre os eventos correntes. Essas estratégias ficam mais evidentes em um artigo publicado por Habermas em 2006 e traduzido para o português em 2008:

Existem dois tipos de atores sem os quais nenhuma esfera pública política poderia funcionar: os profissionais do sistema *media* – especialmente os jornalistas que editam as notícias, relatos e comentários – e os políticos que ocupam o centro do sistema político, e são tanto coautores quanto destinatários das opiniões públicas. A comunicação política mediada é conduzida por uma elite. (...) Os jogadores que se encontram no palco virtual da esfera pública podem ser classificados em termos do poder ou do “capital” que possuem à sua disposição. A estratificação das oportunidades de transformar o poder em influência pública através dos canais de comunicação mediada revela, assim, uma estrutura de poder. Esse poder é coagido, contudo, pela reflexividade peculiar de uma esfera pública que permite a todos os participantes a chance de reconsiderar o que entendem por opinião pública (2006, p. 415-416).

A atuação dos movimentos sociais e da sociedade civil leva Habermas a admitir a existência simultânea de um potencial autoritário e de um potencial emancipatório presentes nas prá-

ticas midiáticas⁴, sendo que o segundo depende da autonomia de sujeitos aptos a buscar, na discussão pública, um ponto de vista moral capaz de justificar o interesse coletivo, vencendo as imposições institucionais e simbólicas que constroem interpretações, opiniões e decisões.

1.2 – Trocas e conflitos entre fontes políticas e jornalistas

De acordo com Marinho (2000, p. 351), a abordagem da relação fonte/jornalista não é inédita nem recente nos estudos de jornalismo. No início da década de 1990, por exemplo, o pesquisador italiano Paolo Mancini analisou exatamente a dinâmica das relações de confiança e suspeita entre jornalistas e políticos, deixando como legado elementos para o estudo dessa interação.

A relação entre fontes políticas e jornalistas evidencia um tipo de “permuta”: enquanto estes querem informação para distribuir à sociedade, aquelas querem publicidade para suas ações e para dar resposta aos cidadãos sobre suas demandas e pressões. Essa postura dos políticos enquadra-se no que se conveniou chamar de *accountability*⁵. Complexa, a comunicação que se opera entre ambos é regida por mecanismos de regula-

4 “O meu diagnóstico do desenvolvimento linear de um público politicamente ativo para o público recluso numa privacidade perversa, de um ‘público que debate cultura para um consumidor de cultura’, é demasiadamente simplista. Neste momento, eu era por demais pessimista diante do poder de resistência e, sobretudo, do potencial crítico de um público de massa pluralista, internamente diferenciado. Os determinismos presentes nas abordagens de classe estavam apenas começando a ser desafiados pelos estudos dos usos culturais que tais públicos fazem das formas simbólicas” (HABERMAS, 1992, p. 438).

5 “O termo inglês *accountability* foi traduzido ou usado como fiscalização, responsabilização ou controle, embora o uso mais aceito e, por conseguinte, mais difundido seja o da prestação de contas. Assim, cumpre fundamentalmente aos governantes e tomadores de decisões, ao assumirem uma responsabilidade pública, a obrigação iniludível de prestar contas da sua atuação, do manejo dos recursos públicos, ou, ainda, do cumprimento de programas prioritários para o conjunto ou algum setor da população” (ESPINOSA, 2012, p. 16).

ção e conflitos, “em que cada um dos lados tenta ampliar a sua parte dos ‘ganhos’, em função do que pode oferecer e, ao mesmo tempo, obter do outro” (ARAÚJO, 2006, p. 4).

Duarte e Fonseca Júnior reforçam que:

O contato entre fonte e jornalista faz parte de um processo mútuo de conquista. O jornalista cativa a fonte por sua capacidade de ser fiel às explicações obtidas, apresentando uma matéria que, mesmo negativa, seja correta. A fonte obtém a simpatia do jornalista por sua capacidade de oferecer-lhe não apenas o produto essencial – a informação –, mas também as condições necessárias para a realização de seu trabalho (2010, p. 352).

Paula (2009, p. 9) afirma que não é possível apontar “quem depende mais de quem” nesse processo, visto que a conjuntura é determinante em cada situação. Para reforçar essa ideia, a autora recorre a exemplos extremos citados por entrevistados em sua pesquisa. Em períodos eleitorais, os parlamentares ficam mais “dóceis”, isto é, mais receptivos ao trabalho dos jornalistas porque precisam de espaço no noticiário. Já na ocasião de CPIs, são os jornalistas que necessitam “cortejar” as autoridades políticas, mostrando-se mais dependentes.

Desse modo, ficam evidenciadas interfaces conflitantes na referida relação. Na prática, um confronto de perspectivas, que, conforme Chaparro (2010, p. 20), a tradição e a cultura do jornalismo realçam: jornalistas necessitam estar obrigatoriamente vinculados ao interesse público; e instituições (no caso deste trabalho, os políticos) em ações que podem ser orientadas pelo interesse particular.

Esse “antagonismo” explica, em parte, porque tantas pessoas encaram como um desafio falar com jornalistas:

É uma atividade que envolve a perspectiva de exposição pública, profundos sentimentos relacionados à autoestima e a incerteza de que as informações serão veiculadas segundo suas expectativas. A fonte procura apresentar as informações de acordo com seus objetivos; o jornalista adapta-as com base em critérios que fogem

ao controle da fonte. Jornalistas e fontes também podem funcionar como parceiros ou adversários, defender objetivos comuns ou interesses antagônicos (SANTOS, [s.d.]). Como se mover nesse campo minado? (DUARTE; FONSECA JÚNIOR, 2010, p. 345).

Para Lage (2006, p. 68), muitas notícias não seriam conhecidas pelo público se não fosse a iniciativa das fontes em divulgá-las por algum interesse, mais legítimo ou menos legítimo, como o dever moral de manter a sociedade informada; a intenção de obter prestígio do público e da mídia; a necessidade de conter versões inconvenientes de um fato; o desejo de desmoralizar um adversário ou concorrente.

1.3 – O parlamento e os parlamentares na mídia

No Brasil, o senso comum aponta para a predominância de abordagens negativas quando o assunto é a cobertura que a imprensa faz da atividade parlamentar e do funcionamento das casas legislativas. Polêmicas, denúncias de corrupção e exemplos de mau uso do dinheiro público, entre outros assuntos correlatos, estão sempre na ordem do dia da mídia.

As representações imagéticas que figuram no noticiário podem levar ao entendimento de que não se trabalha nos parlamentos ou, ainda, que eles constituem um apêndice que precisa ser extirpado do sistema político brasileiro. Sendo assim, é possível que a postura e as atitudes dos deputados perante os jornalistas sofram influência dessa crença – quase universal, diga-se de passagem – de que “a mídia vai ao parlamento apenas para falar mal”.

Ao analisar a cobertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros nos cinco primeiros anos do processo de redemocratização do País, o trabalho executado por Jorge (2003, p. 64) já apontava a ausência de notícias publicadas sobre a atuação dos congressistas nas comissões e subcomissões, por exemplo, além de explicações didáticas acerca do processo legislativo, do trabalho parlamentar e da estrutura do Parlamento.

Em uma perspectiva mais recente, o estudo desenvolvido por Paula (2009, p. 10) sobre uma casa legislativa mostrou que o viés negativo sobressai pelo fato de os jornalistas atribuírem para si a tarefa de “mostrar os desvios do Poder”. O que existe de positivo na arena política não tem “noticiabilidade” sob a ótica desses profissionais, que apregoam ser responsabilidade dos assessores parlamentares a divulgação de tal notícia. Tem-se, assim, o imaginário do jornalismo como “cão de guarda” (*WATCHDOG Journalism*).

Jorge (2003, p. 64) destaca que, nas sociedades contemporâneas, o acesso do cidadão às informações políticas se faz, quase sempre, por meio dos veículos de comunicação, que noticiam tanto o que se passa no interior das instituições políticas quanto o que seus representantes fazem fora delas⁶.

Para Aldé (2004, p. 132-135), por sua homogeneidade discursiva, repetição, acessibilidade e *status*, a mídia é um quadro de referência de destaque para a obtenção de enquadramentos pelos sujeitos e pelo qual eles constroem as explicações mais recorrentes do discurso sobre a política. No entanto, “outros quadros de referência interpessoais (vida familiar, social e do trabalho; participação em instituição religiosa; militância sindical, etc.) interagem com cada indivíduo, modificando e condicionando seu uso da mídia”. Quanto maior a variedade desses quadros de referência, maior será a quantidade e a complexidade dos esquemas explicativos do cidadão comum para a política e os demais assuntos.

Dadas as razões já expostas, e como a mídia, por si só, tem papel preponderante para a formação da visão política dos cidadãos, a cobertura jornalística do Legislativo apresenta forte potencial para contribuir para a chamada “crise de represen-

6 Tal realidade pode ser comprovada por meio dos números apresentados por Lima (2007, p. 91). Pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi, em 2006, revelou que 71% dos entrevistados disseram ter a televisão, os jornais ou o rádio como principais fontes de informação política. Sozinha, a TV foi a primeira opção de 58% dos consultados. Para completar, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), 90,3% dos domicílios brasileiros possuíam pelo menos um televisor, em 2004.

tatividade” – um sentimento de descrédito e indiferença da população diante das instituições e dos agentes políticos. Contudo, ressalte-se que outras razões sócio-históricas, em que este trabalho não vai se ater, também colaboram para a visibilidade negativa do Parlamento.

Sem abrir mão do seu papel fiscalizador (*Watchdog*), jornalistas e veículos de comunicação poderiam acompanhar de maneira menos rasa as atividades legislativas. Barros e Bernardes (2009, p. 2) alertam que a desinformação do cidadão sobre o Poder Legislativo compromete a legitimidade da representação popular: “Os deputados e senadores são eleitos pelo povo. Como eles podem, então, representar seus eleitores se a população não é devidamente informada sobre suas atividades rotineiras, como pronunciamentos, projetos de lei, participação em comissões?”

Ao lado da desinformação, está também a desorganização na disponibilização de dados relativos a decisões e ações políticas. Mesmo existindo plataformas *on-line* de difusão de documentos, atas e notícias, os cidadãos afirmam ser difícil não só acessá-los, como também produzir articulações inteligíveis acerca deles. Assim, não se trata meramente de uma questão de simples disponibilização, mas também de organização da comunicação política e de aprimoramento das habilidades interpretativas dos cidadãos a partir de enquadramentos disponíveis e do engajamento deles em esferas de discussão e participação.

2 – Metodologia

Para averiguar como é a relação profissional dos deputados estaduais com os jornalistas da imprensa, a proposta deste artigo foi realizar uma pesquisa com abordagem qualitativa, por meio de entrevistas com seis parlamentares que ocupavam as principais lideranças na ALMG (Maioria, Minoria, Governo e Blocos Parlamentares), em 2013. Na impossibilidade de esses deputados serem ouvidos, seus respectivos vices foram escolhidos (no caso, só um vice-líder precisou ser ouvido). O foco nos líderes tem uma razão de ser: no dia a dia, trata-se dos deputados que

mais tendem a interagir com a mídia, haja vista que se comportam como porta-vozes dos variados grupos parlamentares existentes no Legislativo.

Para Bertucci (2013, p. 63), “de natureza subjetiva, a entrevista constitui um dos mais úteis instrumentos de coleta de dados na área de ciências sociais aplicadas”. As entrevistas analisadas no trabalho – baseadas em roteiro semiestruturado de sete perguntas (semiestruturado porque permitiu indagações complementares aos entrevistados) – foram realizadas pelo próprio autor no respectivo gabinete parlamentar. As entrevistas foram gravadas em áudio, com autorização prévia dos participantes, e transcritas para análise posterior.

Ressalte-se que, alegando falta de disponibilidade para atender o entrevistador, um dos parlamentares optou por responder às questões via *e-mail*. As entrevistas foram realizadas entre os dias 4 e 19 de fevereiro de 2014. A identidade dos entrevistados foi preservada pela pesquisa, inclusive como forma de obter posicionamentos mais próximos da realidade. Por isso, de acordo com a ordem de realização das entrevistas, os seis deputados foram identificados apenas pelas letras A, B, C, D, E e F. É importante dizer que foram suprimidas das falas dos entrevistados detalhes considerados de pouca relevância para o trabalho ou que pudessem identificar os autores com clareza.

Quanto aos fins, pode-se dizer que a pesquisa é descritiva/aplicada, por tentar descrever e analisar determinados fenômenos e comportamentos organizacionais. Já em relação aos meios, a pesquisa é bibliográfica/estudo de caso. Bibliográfica, porque uma revisão de literatura com base no tema se mostrou indispensável para subsidiar a análise dos dados coletados. E estudo de caso, porque, conforme salienta Bertucci (2013, p. 53), é um trabalho “de natureza eminentemente qualitativa” e que se vale “de dados coletados pelos pesquisadores por meio de consulta a fontes primárias e/ou secundárias (não públicas e/ou públicas, respectivamente), de entrevistas e da própria observação do fenômeno” – definição que abrange a proposta deste artigo.

3 – Análise dos dados

Com vistas a facilitar a análise das entrevistas realizadas pela pesquisa, este item foi subdividido em três partes, que contêm os seguintes eixos centrais: o jornalista como mediador e a importância do seu trabalho; a credibilidade e a ética jornalísticas; e a seleção das pautas e a qualidade da cobertura.

3.1 – O jornalista como mediador e a importância do seu trabalho

Em primeiro lugar, frisa-se que os deputados-líderes entrevistados para este artigo apresentaram, em geral, posicionamentos semelhantes diante das questões feitas pelos pesquisadores. Todos relataram, por exemplo, ter uma relação profissional positiva com os jornalistas da imprensa que cobrem o trabalho parlamentar no qual estão envolvidos. O que se observou também foi a disposição da maioria dos deputados de reconhecer o jornalista primordialmente como um agente da mídia, isto é, como um profissional que não tem total responsabilidade pelo que é noticiado pelos veículos:

A relação é muito boa. Um fato interessante é que, à medida que os anos foram passando (...), essa relação só vem melhorando, muito por conta dessa questão da confiança, de se tornar uma fonte de notícia dentro da Casa. Acho que os próprios jornalistas esperam um pouco o amadurecimento do parlamentar para poder aproximar um pouco mais (líder A).

De modo geral, tenho muito boas relações com os jornalistas da imprensa mineira, muitos deles até se tornaram grandes amigos. Na verdade, a meu ver, o que deteriora a relação entre um deputado e a imprensa mineira não é o jornalista, mas os próprios veículos de comunicação, cujas linhas editoriais, em geral, são notoriamente tendenciosas (líder D).

É uma relação muito boa. Só não é melhor porque sabemos que tem um problema hoje no Brasil de redação. Nem sempre o que o jornalista pergunta à gente, sai publicado. E, às vezes, sai um pouquinho diferente também, porque os donos dos jornais têm alguns ali-

nhamentos políticos. A gente dá não sei quantas entrevistas e, no outro dia, não sai nada do que a gente falou. Quando sai, sai relativo. Sabemos que o problema não é do jornalista, não é do profissional, é um problema de alinhamento político do veículo de comunicação. O jornalista hoje não está tendo muita liberdade para cobrir, de fato, o que acontece no dia a dia. Ele faz uma cobertura, mas alinhada com aquilo que a direção do jornal quer que saia para o povo (líder E).

Aldé (2004, p. 25) sugere haver, de fato, um risco constante de alinhamento partidário dos meios de comunicação por conta da sua estrutura econômica de propriedade: “Essa preocupação ganha cores bastante concretas quando se sabe que, no Brasil, mais da metade das emissoras de rádio e de televisão pertence a políticos, parentes ou pessoas ligadas a políticos”.

Apesar de destacarem a existência de um filtro e de uma edição jornalística nem sempre desejáveis, os deputados consideram que o trabalho dos jornalistas-repórteres tem importância para a interlocução deles com o cidadão. O líder A, inclusive, ressalta que até a notícia com viés negativo é relevante para a sua atuação. Por outro lado, eles consideram que outros canais de informação são indispensáveis para se aproximar do eleitor, mas não deixando de evidenciar uma visão restrita de comunicação política apenas para fins de divulgação:

(...) Aquele ditado: falem bem, falem mal, mas falem de mim. Acho que é muito por aí. Principalmente para nós, que de quatro em quatro anos temos que disputar eleição, é um vestibular. Ter o nome em evidência é sempre importante. É claro que as notícias negativas não dão um ganho político que outra exposição mais positiva ou referente ao trabalho legislativo dá. Mas, de toda maneira, é uma exposição que se tem (líder A).

(...) A imprensa efetivamente é o canal mais poderoso, importante. Mas, como existe de maneira subliminar uma má vontade da imprensa com o parlamento e os políticos, todos nós, deputados, somos obrigados a utilizar outros canais de divulgação do nosso trabalho. A gente usa as mídias sociais, fazemos nosso próprio boletim, divulgamos pro interior porque os jornais não dão ênfase (...) (líder B).

Tem importância o trabalho do repórter, sem dúvida, porque o eleitor quer cada vez mais ficar bem-informado. Com os instrumentos de comunicação que temos na atualidade, passando inclusive pela internet, o eleitor precisa ficar informado e tende a buscar cada vez mais informação. (...) O deputado, realmente, precisa trabalhar. Ele, trabalhando, tem notícia e não tem nenhum receio da imprensa, da notícia a ser transmitida aos seus eleitores. Eu trabalho muito e quero que o meu trabalho seja transmitido para Minas Gerais e para o meu eleitorado, em particular. Como líder, é pela imprensa que falo mais com o eleitorado de Minas Gerais de modo geral. Como deputado da minha região, eu comunico mais por outras alternativas, como *site*, internet, corpo a corpo, contato direto, visitando muitas bases (Líder C).

A preocupação dos deputados em ter visibilidade positiva perante o eleitorado relaciona-se com o que Gomes (2004, p. 239-242) chama de “política da imagem”. Na análise da prática política contemporânea, afirma o autor, é cada vez mais notório o consenso de que a disputa política se converteu na imposição da imagem pública dos atores políticos. Assim, da batalha eleitoral ao jogo político cotidiano, a disputa política se resolve pela construção, pelo controle e pela determinação da imagem de indivíduos, grupos e instituições inseridos nas tramas e dinâmicas do universo da política.

Segundo Gomes, o fenômeno da imagem pública, na sua forma política, parece tão antigo quanto o fenômeno da vida pública. A atenção com a imagem, a fama, o nome e a reputação sempre acompanhou a prática política. O que trouxe esse fenômeno para o centro da política contemporânea foi, principalmente, o advento de sociedades democráticas, que carregam consigo a noção de esfera pública, e o predomínio da comunicação de massa como lugar em que se realiza aquilo que é socialmente visível.

Logo, a preocupação com a imagem na política ganhou novas dimensões. A experiência democrática, baseada na existência de uma esfera pública e de eleições, reposicionou a importância da política de bastidores e gabinetes. “Para além dos efeitos sobre a opinião pública (que é o resultado do debate na esfera pública), o cuidado com a imagem tornou-se decisivo para o fato eleitoral

e, por meio desses dois fatores, para a produção de efeito na esfera pública deliberativa” (GOMES, 2004, p. 263).

De certa maneira, os deputados revelam uma impossibilidade de controle total sobre sua imagem pública, principalmente quando se considera a ação midiática. Gomes (2004, p. 264) explica que a comunicação de massa está sujeita a interesses sociais e políticos. Seus princípios e lógicas interferem na forma como ela irá selecionar, estruturar e disseminar imagens públicas. Portanto, não há que se falar em neutralidade, mas em interferência.

Habermas (2008, p. 17) enfatiza que os meios de comunicação de massa também constituem uma fonte de poder, principalmente pelo seu caráter tecnológico. Para o teórico, os agentes que atuam em setores politicamente privilegiados da mídia (repórteres, colunistas, editores, diretores, produtores e proprietários) exercem o poder porque selecionam e processam conteúdos políticos relevantes, intervindo na formação de opiniões públicas e na distribuição de interesses.

Considerando as respostas dos deputados a outras perguntas, percebe-se que eles estão quase sempre dispostos a atender os jornalistas, mesmo quando estão atarefados. Procurar os jornalistas por conta própria parece bem mais raro e, quando isso acontece, normalmente é para sugerir alguma pauta ou manifestar opinião sobre algo. Embora no geral considerem *media training* (curso para aprender a lidar com a mídia sobretudo em situações de crise) uma iniciativa válida, apenas dois dos seis deputados já o fizeram alguma vez:

Não vejo jornalistas queixando de mim porque, sempre que me procuram, estou à disposição. (...) Costumo procurá-los, mas não é comum. Só mesmo quando vejo que está acontecendo, por exemplo, de ouvirem só um lado entre oposição e situação. Há bem tempo, fiz *media training*. Mas vejo que a Assembleia, ultimamente, não tem patrocinado muito esses cursos, não. Eu mesmo já fiz um curso com o Chico Pinheiro, que hoje é um locutor muito conhecido da Globo. (...) Não tenho dúvida de que o microfone de televisão, por exemplo, constrange a pessoa que não tem intimidade (líder C).

Estou sempre às ordens para atender os jornalistas, como para atender o cidadão. Nunca fiz treinamento formal para lidar com a mídia, mas acredito que estou em treinamento. Há muitos anos, cotidianamente, me vejo em treinamento (líder D).

Sempre estou disponível para os jornalistas. Quando a gente tem acesso (procura por conta própria), sim. Têm alguns que dão brecha, telefone; você tem contato direto e tal. Sempre que tenho oportunidade, sugiro uma pauta, para manifestar opinião em relação a determinado assunto. Fiz um curso (de *media training*) há dois anos. Gostei de fazer e minha relação com a imprensa melhorou bastante (líder E).

Gomes (2004, p. 279) afirma que a produção da imagem política é um processo complexo, com muitos interventores, que vai da emissão das mensagens e discursos caracterizadores até a elaboração da imagem pelo público. Esse processo seria constituído de três fases. A primeira compete aos próprios atores políticos, cabendo a eles “produzir e facilitar acesso a fatos, discursos e configurações expressivas que funcionam como sinais ou estímulos agenciados de tal forma que possam se inserir na esfera de visibilidade pública, controlada pela comunicação de massa”.

Isso significa que, ao se colocarem à disposição dos jornalistas para conceder entrevistas e prestar esclarecimentos, os líderes da ALMG estão contribuindo significativamente para construir ou reforçar a imagem deles perante a sociedade. Contudo, há as duas fases seguintes do processo de construção da imagem, nas quais o ator político não tem participação e controle. Na segunda fase, técnicos e outros atores sociais, particularmente no jornalismo, recodificarão os materiais provenientes da primeira etapa, conforme os critérios profissionais de avaliação do que é noticiável e as rotinas produtivas. Na terceira e última fase, é a vez de comparecer o público, que vai decodificar e transformar em imagem pública os materiais recodificados na segunda etapa.

Já o interesse de dois deputados em cursos de *media training* pode ter relação com o que Aldé (2004, p. 25-26) chama de “profissionalismo” midiático dos políticos. Segundo ela, governos e

políticos são fontes indispensáveis para o jornalismo, que, com suas rotinas industriais de produção, exige a incorporação, por meio dessas fontes, de uma série de transformações técnicas e estratégicas. Essas referidas mudanças têm levado ao tal “profissionalismo” dos atores políticos e com implicações, inclusive, nos critérios usados na cobertura política.

3.2 – A credibilidade e a ética jornalísticas

As entrevistas realizadas para este artigo revelaram que os jornalistas da imprensa que cobrem o trabalho parlamentar têm, em geral, credibilidade e legitimidade perante os deputados-líderes. Para manter ou aumentar essa credibilidade, os parlamentares exigem, de forma unânime, que suas declarações não sejam “distorcidas” pelos repórteres:

O jornalista terá credibilidade quando ele for fiel àquilo que for conversado. E ele perde a credibilidade, comigo já aconteceu algumas vezes, quando – na cobertura de um fato – eu mostro pra ele, por a mais b o que aconteceu, e a notícia vem diferente. Isso pra mim é altamente perverso. Ou quando põe na minha boca palavras que eu não falei, ou quando distorce o que eu disse. São situações que eventualmente acontecem, é a minoria (líder B).

Os jornalistas precisam registrar a informação na imprensa da forma como foi passada. O jornalista, a meu ver, não pode, claro, distorcer nada do que lhe foi transmitido. E, ao mesmo tempo, não acho muito aconselhável ficar insinuando ao deputado, ou a qualquer pessoa, o que o jornalista quer que ele fale. E, sim, buscar a informação como o deputado a tem. Muitas vezes, quando o deputado responde aquilo que ele sabe e aquilo que quer falar, mas o jornalista quer ouvir outra coisa diferente, ele nem registra a resposta na imprensa (líder C).

(É necessário aos repórteres) demonstrar seriedade, a verdade. (...) Mostrar que eles estão ali para fazer um trabalho bem-feito, e não para distorcer a realidade das coisas. Já dei entrevista pra determinado repórter que distorceu completamente tudo aquilo que falei. Ele fez uma montagem, colocou coisas lá que eu não falei (líder F).

De forma geral, o perigo da “distorção”, que pode pôr o líder em indisposição com o público ou em crise com o partido, é caracterizado pelos entrevistados como exceção ao trabalho mediador dos jornalistas, uma vez que parece prevalecer entre ambas as partes uma relação de confiança. Apenas um dos deputados disse ter passado pela situação em que um jornalista rompeu o acordo e revelou a procedência da informação que ele havia transmitido *off the record*:

“Numa conversa informal, o jornalista estava com o gravador ligado, sem eu saber. Aconteceu, mas eu estava ali falando a verdade, só que era uma verdade que eu não queria que as pessoas soubessem que havia saído da minha boca. Não foi legal, não” (Líder F).

Lage reforça a importância da ética na relação do jornalista com as fontes, principalmente nos termos exigidos pelos deputados consultados. Ele destaca que essa relação precisa ser sincera e correta, lembrando que:

O direito fundamental da fonte é o de ter mantido o conteúdo (não a forma) do que revela. Isto significa não apenas o respeito ao valor semântico do que é informado, mas também às inferências que resultam da comparação entre o que foi informado e o contexto da informação (2006, p. 95).

Esse autor também ressalta que as fontes não devem negar que esses parlamentares tenham dito o que realmente disseram, nem impedir que as informações prestadas sejam confrontadas com outras, desmentidas pelos fatos ou consideradas em contextos de conflito. Do contrário, no lugar do jornalismo, haveria sistemas de difusão sem possibilidade crítica.

Por outro lado, como os próprios deputados reconheceram em outros momentos das entrevistas, o jornalista não está só na produção da notícia. Ele é um agente da mídia que não pode ser confundido com toda a engrenagem que constitui uma empresa jornalística. Martino (2010, p. 32) lembra que esse profissional tem um duplo vínculo, entre o interesse público e as condições de produção da notícia, o que implica contingências nas possibilidades de escolha.

A linha editorial do veículo poderá, por exemplo, no processo de edição do material jornalístico, ter grande influência sobre o que e como será realçada a declaração do político. “A ética jornalística é apresentada, por vezes, como uma espécie de tábua de logaritmos morais aplicados a uma prática jornalística livre de qualquer contingência externa, como se dependesse apenas da vontade do profissional” (MARTINO, 2010, p. 31).

3.3 – A seleção das pautas e a qualidade da cobertura

Em relação ao que ganha destaque pelos meios de comunicação, os deputados-líderes fazem severas críticas. Eles entendem que o noticiário sobre o Poder Legislativo não tem amplitude, visto que enfatizaria apenas os fatos de cunho negativo e generalizaria a atuação parlamentar, o que traz danos à sua respectiva reputação:

De modo geral, a cobertura é fidedigna, não há grandes distorções. Mas é muito tímida pela importância do que acontece aqui, do que é debatido e das consequências para a sociedade. Então, entra naquela má vontade. (...) Eles procuram quando é alguma coisa ruim, que, pra eles, pareça imoral, que pareça que não seja boa. Aí, fazem a cobertura máxima, vem pra cá uma ‘chuva’ de repórteres (líder B).

Os veículos que cobrem sistematicamente os trabalhos na ALMG são, a meu ver, os mais comprometidos, os mais dominados pela censura. Vez ou outra, um dos grandes veículos da imprensa mineira publica uma matéria instigante. Mas ela está quase sempre isolada, não vem de um profissional que acompanha cotidianamente o trabalho na ALMG e, por isso, acaba ficando meio solta, sem precedentes e sem continuidade. (...) É difícil, por exemplo, que passe uma Quarta-feira de Cinzas sem que apareça num desses veículos o número e o nome dos deputados ausentes e presentes. Além disso, aproveita-se todo motivo para diminuir o trabalho do deputado. Contabiliza-se, por exemplo, o seu desempenho pelo número de projetos de lei de sua autoria, quando sabemos bem que temos leis em número até excessivo e que o que precisamos mais é de isenção, independência, qualificação para o debate e disposição para a fiscalização (líder D).

A pauta positiva não tem nenhum espaço, as coisas importantes que, de fato, interessam à sociedade. Aqui, a preocupação da imprensa é mais a seguinte: 'O deputado tá ganhando isso, tem que tirar isso. É um absurdo'. Ninguém discute a pauta positiva, os projetos importantes, a discussão da elaboração de um orçamento, o que vai para determinada região. (...) A imprensa poderia abrir um espaço também para divulgar aquilo que é bom, para a própria sociedade participar mais do Poder Legislativo. E não vê-lo como um Poder sujo, que não resolve nada. A impressão que o cidadão comum tem é essa. A informação só chega pra ele desse jeito (líder E).

A exceção parece ser o líder A, para quem o noticiário produzido pelos repórteres reflete a realidade do trabalho dos deputados estaduais. Para ele, não constitui problema atividades de comissões e eventos institucionais considerados importantes ficarem desprovidos da cobertura da mídia. Para dar divulgação a essas notícias, a Assembleia Legislativa já contaria com seus próprios canais, como TV e portal na internet:

Acho que a imprensa cumpre seu papel. Ela dá publicidade aos fatos mais importantes da Casa, que acho que é o que a população precisa e quer. É claro que tem um lado mais crítico quando trata-se das notícias maldosas, construídas de uma maneira para dar um pouco mais de audiência, de ibope, quando elas são um pouco mais distorcidas, quando a chamada da matéria é um pouco distorcida, na verdade, um viés mais negativo. Mas acho que, de uma maneira geral, os jornalistas mineiros têm cumprido bem seu papel aqui. Aquilo que é trabalho institucional da ALMG cabe à Assembleia divulgar. A imprensa tá aí para divulgar o que a população precisa saber. A Assembleia tem que cumprir o seu papel também de dar comunicação do que ela faz. (...) A Assembleia tem que suprir essa lacuna (líder A).

Aldé (2004) afirma que, pelo menos no caso da televisão, existe um abismo entre a produção de decisões políticas e o mundo da política tal como representado nesse meio. A TV teria uma tendência ao entretenimento no tratamento da informação e à espetacularização da política, o que significa que o valor da notícia é ditado por sua capacidade de captar a atenção do público, com critérios de noticiabilidade e espetáculo. “A notícia (...) depende de elementos de apelo popular como a novidade, o negativismo, o escândalo, a presença de atores proeminentes, a personalização, o conflito, a exceção” (2004, p. 26).

Pelos posicionamentos assumidos pelos líderes, deduz-se que, para eles, veículos de todos os meios se comportam mais ou menos assim, gerando uma disputa constante acerca de qual enquadramento deve prevalecer e, conseqüentemente, qual entendimento de um fato político deve permear os processos de construção da opinião pública.

4 – Considerações finais

A principal proposta deste artigo foi verificar, sob a ótica dos deputados-líderes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, como é a sua relação com os jornalistas da imprensa estadual que cobrem os trabalhos legislativos, bem como o nível de satisfação deles com a cobertura que esses profissionais fazem da ALMG.

Constatou-se que os parlamentares consultados têm posicionamentos parecidos diante de tais indagações, com exceção do líder A, que apresentou opiniões mais heterodoxas. Entre os entrevistados, ele é o mais jovem e com menor tempo de carreira política, o que pode ajudar a explicar a sua visão diferenciada. O menor tempo de atuação no arduo jogo político pode tê-lo impedido de cultivar relações “maduras” de “confiança” com os atores midiáticos, o que fez que desenvolvesse opiniões que não fossem tão “politicamente corretas” quanto às dos demais parlamentares.

No geral, os líderes dizem ter uma boa relação com os profissionais da mídia que acompanham o dia a dia da Assembleia, mas espe-

ram uma cobertura mais plural, que não enfatize apenas as mazelas e falhas legislativas, e reconheça também os pontos fortes e positivos da atuação parlamentar. Aqui, percebe-se, claramente, a preocupação desses deputados com sua imagem pública – imagem sobre a qual eles não têm pleno controle, entre outros motivos, por causa das rotinas próprias dos meios de comunicação de massa.

Não se pode ignorar a possibilidade de os entrevistados terem se preocupado com a imagem pública deles após a divulgação dos resultados da pesquisa, o que os levaria a elaborar respostas “adequadas” ao público acadêmico. O próprio momento de realização das entrevistas – oito meses antes das eleições em que tentariam a reeleição – era de cuidadosa construção de uma imagem pública, e alguns deles pareciam estar cientes disso quando escolhiam o vocabulário, quando titubeavam nas respostas ou quando pediam para reformular uma opinião emitida.

Tomando como base os objetivos específicos da pesquisa, foi possível fazer algumas constatações interessantes. Os deputados entrevistados consideram o trabalho do jornalista e, consequentemente, da imprensa, de grande importância – e até indispensável – para a sua *accountability*. Há relativa confiança no trabalho dos jornalistas, e as tensões são moderadas entre ambas as partes. Contudo, existe um certo temor quanto à reprodução distorcida dos discursos políticos, que constitui um risco a ser sempre assumido, dada a necessidade imperativa de abrir as portas para os jornalistas que os procuram. Os deputados dão a entender que “fugir” da imprensa, mesmo em momentos de crise, pode ter implicações sérias para sua imagem e carreira políticas. Por isso, demonstram atender satisfatoriamente os repórteres.

A linha política dos veículos também foi apontada pelos deputados entrevistados como foco gerador de tensões, pois os discursos midiáticos reconstróem e recontextualizam as opiniões dos atores políticos segundo uma política editorial que nem sempre condiz com o posicionamento das fontes.

Na análise das entrevistas, chamou a atenção a capacidade dos deputados-líderes de visualizar que o jornalista que os interpela

no cotidiano não é o único responsável pelo que é noticiado. Eles têm consciência das contingências e limitações com as quais lida esse profissional, entre as quais a cultura própria do jornalismo de priorizar elementos como o espetáculo e o negativismo, assim como os alinhamentos ideológicos e até partidários das organizações midiáticas. Também destacou-se a frustração geral, tanto de deputados tidos como de situação quanto de oposição, com as pautas que se mostram relevantes para os veículos.

A interação permanente, transparente e ética entre jornalistas/veículos de comunicação e ocupantes de cargos públicos, especialmente os eletivos, como o de deputado estadual, mostra-se desejável sobretudo para a sociedade civil. A mídia, por meio de todas as suas plataformas e mesmo com todos os interesses e rotinas que lhe são inerentes, apresenta-se como o canal mais influente para que as instituições e os agentes públicos falem à sociedade e, em um fluxo inverso, captem seus anseios e percepções, fortalecendo a democracia via mediação e organização da troca argumentativa que se estabelece entre os diferentes lados.

Vale notar que, aparentemente, os deputados-líderes da Assembleia de Minas parecem levar a sério a recomendação da contracapa do Guia para receber a imprensa, editado pelo próprio Parlamento e destinado aos 77 deputados e aos servidores da Casa. Extraída do *Pequeno Guia de relacionamento com a imprensa para fontes da área pública*, de Jorge Duarte, a contracapa diz: “O sucesso na relação com a imprensa é resultado da convivência permanente e saudável, que inclui cuidado, honestidade, presença, ética e transparência”. E do outro lado? Como os jornalistas avaliam os deputados estaduais como fontes? Essa é a pergunta que fica para as próximas pesquisas a serem executadas na área.

Por ora, enfatizamos que a relação entre os deputados-líderes da ALMG e os jornalistas é marcada por assimetrias e conflitos, em um desenho agonístico que não os define como inimigos que habitam campos opostos, mas sim como interlocutores que tentam constantemente definir e redefinir um território comum de aproximações possíveis, sobretudo por meio da produção e da circulação da notícia.

5 – Referências

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 216 p.

ARAÚJO, Vladimir Caleffi. Imprensa e Poder Legislativo: uma análise das relações entre a Assembleia Legislativa gaúcha e a mídia local. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3 jul. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNirev_VAraujo.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2013.

BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum. A pluralização das fontes de informação política no Brasil: as mídias legislativas. **RuMoRes Revista On-line de Comunicação, Linguagem e Mídias**, São Paulo, ed. 4, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www3.usp.br/rumores/artigos.asp?cod_atual=100>. Acesso em: 1º nov. 2013.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC)**: ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação 1657701979 ato s657701979 ensu. São Paulo: Atlas, 2013. 116 p.

BRAGA, José Luiz. Circuitos 657701979 *versus* campos sociais. In: Mattos, Maria Ângela; Janotti Junior; Jeder; Jacks, Nilda. (Orgs.). **Mediação & Midiatização**. 1a ed. Salvador/Brasília: Edufba/Compós, 2012, v. 1, p. 31-52.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (Orgs.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2010. p. 3-21.

DUARTE, Jorge; FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Relacionamento fonte/jornalista. In: DUARTE, Jorge (Orgs.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 345-359.

ESPINOSA, Roberto Moreno. *Accountability*. In: CASTRO, Carmem L. F. De; GONTIJO, Cynthia R. B.; AMABILE, Antonio E. de N. (Orgs.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. p. 16-18.

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa**. São Paulo, 2004. 451 p.

HABERMAS Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. São Paulo: Tempo Brasileiro, [1962]1984. p. 213-273.

HABERMAS, Jürgen. “Further Reflections on the Public Sphere”. In: CALHOUN, Craig (ed.). **Habermas and the Public Sphere**, 1992, p. 421-461.

HABERMAS, Jürgen. “O papel da sociedade civil e da esfera pública política”. In: _____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, v. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 57-121.

HABERMAS, Jürgen. “Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research”. **Communication Theory**, v. 16, 2006, p. 411-426.

HABERMAS, Jürgen. **Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica**. Tradução: Ângela Cristina Salgueiro Marques. Líbero, São Paulo: ano XI, n. 21, p. 9-22, jun. 2008.

JORGE, Wladimir Lombardo. A cobertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros, 1985-1990. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 64-82, 2003.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (Orgs.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 71-96.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2006. 189 p.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e política**. In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. p. 84-94.

MARINHO, Sandra. O valor da confiança nas relações entre jornalistas e fontes de informação. **Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação**, Braga, v. 14 (1-2), 2000. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4503/1/SMarinho_confjornfontes_2000.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2013.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **A ética como discurso estratégico no campo jornalístico**. Líbero, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 31-38, dez. 2010.

PAULA, Carolina Almeida de. O Poder Legislativo e os jornalistas: a cobertura política de uma Assembleia Legislativa Estadual. **Revista Estudos Legislativos**, Porto Alegre, n. 3, nov. 2009. Disponível em: <http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/17>. Acesso em: 1º nov. 2013.

PELEGRINI, Paulo Augusto Emery Sachse. A atuação das fontes na construção do discurso jornalístico. **Revista Cambiassu**, São Luiz, ano XVIII, n. 4, jan./dez. 2008. Disponível em: <http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2008/paulo.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2013.

SCHMITZ, Aldo Antonio. As fontes nas teorias do jornalismo. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 33, 2010, Caxias do Sul-RS. **Anais**. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0779-1.pdf>>. Acesso: em 1º nov. 2013.

